

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS UFRJ-MACAÉ
Professor Aloísio Teixeira

VANESSA DA SILVA MARTINS

**PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS SOBRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL EM UMA
ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL I DE MACAÉ – RJ**

MACAÉ
2018

VANESSA DA SILVA MARTINS

*De acordo com
a versao.*

*Priscila Vieira Pontes
D.*

**PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS SOBRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL EM
UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL I DE MACAÉ – RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Campus UFRJ-Macaé Professor Aloísio Teixeira como requisito a qualificação e obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscila Vieira Pontes.
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Eliza Port Lourenço.

MACAÉ

2018

CIP - Catalogação na Publicação

M386

Martins, Vanessa da Silva

Percepção de professoras sobre alimentação saudável em uma escola pública de ensino fundamental I de Macaé - RJ / Vanessa da Silva Martins. - Macaé, 2018.

54

f.

Orientador(a): Priscila Vieira Pontes.

Coorientador(a): Ana Eliza Port Lourenço.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Colegiado de Ensino de Graduação - Macaé, Bacharel em Nutrição, 2018.

1. Professores de ensino fundamental. 2. Alimentação saudável. 3. Escola pública. 4. Técnica de pesquisa – grupo focal. I. Pontes, Priscila Vieira, orient. II. Lourenço, Ana Eliza Port, coorient. III. Título.

CDD 641.302

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a)

Campus UFRJ-Macaé Professor Aloisio Teixeira
Bibliotecário(a) Rosana Silva de Oliveira CRB7 – 5849

**PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS SOBRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL EM UMA
ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL I DE MACAÉ – RJ**

VANESSA DA SILVA MARTINS

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Dr.^a Priscila Vieira Pontes

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Campus Macaé



Prof.^a Dr.^a Vanessa Schottz Rodrigues

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Campus Macaé



Nutricionista Luisa Gouvêa Fernandes da Silva

Prefeitura Municipal de Macaé

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

Ao meu irmão

A minha família

Porque família é a base de tudo!

AGRADECIMENTOS

A Deus, um grande amigo a quem, incondicionalmente, sempre recorri nos momentos mais adversos, colocando-o ao meu lado. Sem jamais me abandonar, fez-se Guia ao caminho mais perfeito a mim. Ele é o maior responsável por todas as minhas conquistas. A Ti agradeço, meu Norte.

A minha mãe, Rosely, guerreira e apaixonada pela vida, que desde o dia em que nos conhecemos dedicou-se integralmente a me ensinar a ser uma pessoa do bem e justa, a me aconselhar às melhores decisões e a me incentivar na formação acadêmica. És o meu ponto de equilíbrio, o qual sem você nada seria.

Ao meu pai, Juamy, que é meu exemplo de determinação e honestidade, não mediu esforços para tornar realidade os meus sonhos, embora nem sempre concordasse com os mesmos. És o meu porto seguro, o qual sem dúvida sempre terei morada.

Ao meu irmão, Eduardo, tão esperado por mim, tão parecido e ao mesmo tempo tão diferente de mim. Chegou em nossas vidas trazendo um turbilhão de sentimentos e juntos compartilhamos momentos bons e ruins, respeito e cooperação mútua. Permaneceremos unidos em nossas vidas, maninho.

A professora Priscila, minha orientadora, que contribuiu com maestria nesta pesquisa e fortaleceu minha formação acadêmica e pessoal. Gratidão pela confiança, respeito e carinho em cada atitude vivenciada ao longo deste período juntas, levarei em meu coração suas palavras. Muito obrigada.

Aos professores do meu curso, que partilharam os conhecimentos da Nutrição com dedicação e paciência diária, semearam o amor ao próximo e inspiraram exemplos de vida.

A todos os professores, que merecem muitíssimo respeito pela linda profissão que exercem. Em especial, Heliema, Claudia, Renato, Eduardo, Thaís e Ana Eliza, representando aqueles que marcaram minha vida e hoje também são lembrados com carinho nesta pesquisa.

As amigas Karine, Ingryd, Elisa e Milena, que me acompanharam nesses anos de amizade sincera, dividindo os momentos felizes e apoiando, de forma brilhante, os momentos mais delicados. Vocês são incríveis!

A minha turma da graduação, que foi abençoada com pessoas únicas e especiais que tive a oportunidade de conhecer. Que tenhamos muito sucesso em nossas jornadas.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

Paulo Freire

RESUMO

A escola é um ambiente privilegiado para o compartilhamento de saberes sobre educação em saúde. O tema da alimentação está presente no conteúdo curricular do ensino fundamental e, portanto, os professores assumem papel essencial na Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) no âmbito escolar. A presente pesquisa teve como objetivo conhecer a percepção das professoras sobre alimentação saudável em uma escola pública de ensino fundamental I de Macaé – RJ. Foi realizada, em 2017, uma pesquisa exploratória transversal com abordagem qualitativa através da técnica do Grupo Focal (GF), com professoras de uma escola que já se tinha um vínculo por meio das ações do projeto de pesquisa e extensão Como Crescemos. As questões norteadoras do GF foram: “O que é alimentação saudável para você?”, “Como professora, você se considera promotora da alimentação saudável? De que forma?” e “O ambiente escolar favorece a promoção da alimentação saudável?”. O GF foi gravado, transcrito e seu conteúdo foi analisado segundo Bardin. Foram estabelecidas três categorias temáticas: (I) Percepção sobre alimentação saudável, (II) Ambiente alimentar na escola e (III) Professoras na Educação Alimentar e Nutricional. As professoras têm uma visão da alimentação saudável ainda muito restrita à dimensão biológica. Além disso, consideram que a alimentação saudável é cara, trabalhosa e difícil de ser alcançada por populações de muito baixa renda, como é o caso de seus alunos. Essa percepção não condiz com as orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB). As professoras percebem a falta de engajamento da família e a falta de regulação dos alimentos permitidos no interior da escola como entraves para a promoção da alimentação saudável. Tais entraves também se configuram como aspectos desmotivadores para a atuação das professoras na Educação Alimentar e Nutricional (EAN). São necessárias ações de formação com as professoras, aproximando-as dos principais referenciais teóricos sobre alimentação como o GAPB e o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MREAN). Dessa forma, proporcionar mais segurança, autonomia e protagonismo para discutir escolhas alimentares com seus alunos, pais/responsáveis e gestão escolar.

Palavras-chave: Professor; Ensino Fundamental; Alimentação saudável; Escola; Grupo Focal.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAS	Alimentação Adequada e Saudável
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
FAO	Organização Mundial das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FLV	Frutas, Legumes e Verduras
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GAPB	Guia Alimentar para a População Brasileira
GF	Grupo Focal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
MREAN	Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAAS	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável
PASE	Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PSE	Programa Saúde na Escola
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
USF	Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1	A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável na escola	12
2.2	A atuação dos professores na Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	18
3	OBJETIVOS	22
3.1	Objetivo geral	22
3.2	Objetivos específicos	22
4	METODOLOGIA	22
4.1	Tipo de estudo	23
4.2	Local da pesquisa	23
4.3	Sujeitos da pesquisa	23
4.4	Crterios de inclusão e exclusão	23
4.5	Técnica para coleta de dados	23
4.6	Análise de dados	25
4.7	Motivações da autora	26
4.8	Considerações éticas	27
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
5.1	Percepção sobre alimentação saudável	28
5.2	Ambiente alimentar na escola	37
5.3	Professoras na Educação Alimentar e Nutricional	42
6	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
	ANEXOS	54
	ANEXO A – Comprovante de aprovação do projeto Como Crescemos pelo Comitê de Ética em Pesquisa	54
	ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	55

1 INTRODUÇÃO

Os professores são atores-chave na educação dos seus alunos e devem a todo tempo buscar informações adequadas e atualizadas para trabalhar em sala de aula. Considerando que a escola é um ambiente privilegiado para o desenvolvimento de ações que contribuam para a melhoria das condições de saúde e do estado nutricional das crianças (CORDEIRO et al, 2017), os professores também devem estar preparados para assumir um papel importante na educação em saúde. E assim, podem trabalhar adequadamente conteúdos sobre saúde e alimentação nas suas práticas pedagógicas, de forma transversal e interdisciplinar, incentivando comportamentos alimentares saudáveis entre os alunos (BUCHARLES et al, 2013).

Em 2007 foi instituído o Programa Saúde na Escola (PSE), um programa dos Ministérios da Saúde e da Educação, que se constitui como uma das principais oportunidades para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) no âmbito escolar. As ações do PSE devem estar inseridas no projeto político-pedagógico da escola e deve considerar a autonomia dos professores e das equipes pedagógicas (BRASIL, 2018).

A oferta de produtos altamente processados na sociedade contemporânea tem impactado negativamente as escolhas alimentares dos brasileiros. Tem sido observado na população um elevado consumo de produtos considerados não saudáveis, caracterizados pela alta densidade energética e pela presença em excesso de gorduras de má qualidade, açúcares, sódio e aditivos alimentares (MONTEIRO et al, 2015).

Ainda a população tem reduzido seu nível de atividade física. Em especial crianças e adolescentes têm substituído atividades que movimentam o corpo por atividades sedentárias como destinar horas do dia assistindo televisão, jogando vídeo games ou permanecendo muito tempo no computador e celular (ROCHA & FACINA, 2017). Esse perfil de atividade física, somado ao padrão alimentar supracitado, favorece a ocorrência de excesso de peso. Cabe destacar que, segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2008-2009, 49,0% dos adultos de 20 a 75 anos ou mais, 20,5% dos adolescentes de 10 a 19 anos e 33,5% das crianças brasileiras entre 5 a 9 anos de idade estão com excesso de peso (IBGE, 2010).

Nessa perspectiva, o ambiente alimentar na escola e as práticas alimentares dos adultos que convivem com os alunos são exemplos de aspectos que podem interferir na construção dos hábitos e nas escolhas alimentares na infância e juventude. Tais aspectos destacam a relevância do papel dos professores no desenvolvimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), afim de contribuir com a promoção da saúde e estilo de vida saudável (FECHINE et al, 2015).

O tema da alimentação e nutrição é conteúdo curricular trabalhado frequentemente nas escolas brasileiras, contudo é um desafio para os professores que as vezes nem conhecem os principais referenciais teóricos com diretrizes sobre Alimentação Adequada e Saudável (AAS), como o Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) (ROCHA & FACINA, 2017; BRASIL, 2014).

Diante desse contexto, fica evidente a necessidade de conhecer a percepção dos professores sobre alimentação saudável, para avaliar se esta percepção se aproxima das recomendações do GAPB.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável na escola

A alimentação é um direito básico e fundamental do ser humano, prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948 e também pela Constituição Federal no Brasil desde 2010 (MACHADO & CARVALHO, 2015). No entanto, isso não significa, necessariamente, que este direito esteja assegurado na prática a todos os indivíduos, o que permanece como um desafio a ser enfrentado (SILVEIRA, 2013).

A Alimentação Adequada e Saudável (AAS) é um conceito que envolve as dimensões biológica e sociocultural dos indivíduos em conjunto com o meio ambiente, visando sua utilização em harmonia com a sustentabilidade (BRASIL, 2013). Constitui-se em um dos eixos estratégicos da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) do Ministério da Saúde (MS). Este eixo busca integração com outras políticas públicas, para alcançar a promoção da saúde, por meio de ações voltadas para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (BRASIL, 2015).

A abordagem prevista na SAN corrobora à visão mais ampliada dos aspectos alimentares, direcionando para a devida valorização das dimensões que cercam a complexidade alimentar (BRASIL, 2014).

A SAN é definida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (KEPPLE & CORRÊA, 2011).

A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) é uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). A PNAN reconhece que o conceito de alimentação saudável está associado com as dimensões biológicas, que tem foco no requerimento energético e de nutrientes individuais, ao mesmo tempo que outros fatores determinantes precisam ser considerados, como os aspectos socioculturais que abrange a cultura, idade, gênero, raça, etnia, acesso físico e financeiro, além de prever uma produção pautada no uso sustentável de contaminantes físico, químico e biológico, respeitando o meio ambiente (PINTO et al, 2014; BRASIL, 2013).

Tem sido observado na população brasileira uma transição nutricional, caracterizada por mudanças no padrão alimentar, em todas as classes sociais. Estas mudanças são decorrentes de um padrão de vida mais urbano e industrializado, e com forte influência da mídia na publicidade de produtos alimentícios considerados de má qualidade nutricional. Tais produtos são, geralmente, formulações de vários ingredientes e que possuem alta densidade energética e altos teores de açúcar, sódio, gorduras saturadas e *trans*, bem como aditivos alimentares. Esse perfil nutricional dos produtos alimentícios tem impactado negativamente na saúde (RICARDO & PEREIRA, 2012).

A má alimentação é um fator de risco individual para o desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), que já acometem crianças e adolescentes. As DCNT, principalmente as cardiovasculares, obesidade, diabetes, dislipidemias e câncer, são um problema de saúde pública por elevar a morbimortalidade e impactar de forma desfavorável na qualidade de vida dos indivíduos que as apresentam (PINTO et al, 2014).

Com esse cenário, reforça-se a atuação conjunta dos setores saúde e educação. A alimentação em harmonia com a oferta na quantidade e em qualidade adequadas as necessidades biológicas e sociais dos indivíduos, integra o amplo conceito de saúde e promoção da qualidade de vida. As ações que abordem de forma positiva as escolhas alimentares são estratégias para alcançar a PAAS (SILVEIRA, 2013).

Foi elaborado em 2006, a Portaria Interministerial Nº1.010 que aborda a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas (PASE) de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (PINTO et al, 2014). Esta portaria define que no âmbito escolar, sejam realizadas experiências de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em torno dos hábitos alimentares saudáveis dentro das áreas de estudo, por meio da inserção do tema da alimentação saudável no projeto pedagógico da escola, além da capacitação e sensibilização dos profissionais envolvidos com a alimentação escolar (JUZWIAK et al, 2013).

A PAAS no espaço escolar pressupõe a integração de ações em três campos: (a) ações de estímulo à adoção de hábitos alimentares saudáveis, por meio de atividades educativas que informem e motivem escolhas individuais; (b) ações de apoio à adoção de práticas saudáveis, por meio da oferta de alimentação adequada e saudável no ambiente escolar e; (c) ações de proteção à alimentação saudável, por meio de medidas que evitem a exposição da comunidade escolar a práticas alimentares inadequadas (BRASIL, 2018).

A escola é um ambiente privilegiado para a formação de hábitos para a vida e para o compartilhamento de saberes sobre educação e saúde, inclusive alimentação (CORDEIRO et al, 2017). A escola tem uma função pedagógica relacionada ao processo de ensino e aprendizagem, porém com vieses voltados a modificações em âmbito social e político, no qual é apontada como espaço pertinente para as ações de promoção da saúde. Assim, com situações e ações de aprendizagem que verse o direito humano a saúde, a escola pode desenvolver estratégias que capacitem os alunos na adoção de uma vida mais saudável (FALKENBACH, 2014).

Na escola, os alunos tendem a permanecer grande parte do seu dia, se alimentam e brincam, interagem e se desenvolvem em coletividade, sendo este o espaço inicial para o processo de formação cidadã, da autonomia, da prática dos direitos e deveres (CAMOZZI et al, 2015) e descrito como o ambiente de convívio mais

representativo na construção social dos indivíduos, depois da família (SILVA et al, 2013).

Além disso, é também na escola que o comportamento alimentar passa pelo processo de criação e revisão. É o local que, para muitos alunos, se apresentará como a principal fonte de informação sobre alimentação e nutrição, valorizando conhecimentos e práticas saudáveis ou não, portanto é imprescindível que auxilie em vivências voltadas a relação construída de forma gradual entre aluno e alimento, bem como as dimensões no processo da alimentação (FALKENBACH, 2014).

A atuação da escola permite que seja realizado uma intervenção nos hábitos alimentares, através do empoderamento da comunidade escolar (gestores, professores, funcionários, pais/responsáveis, alunos, equipes de saúde) na construção de metodologias que auxiliem na PAAS (MUSSIO et al, 2014).

A PAAS se estabelece por meio de atividades previamente planejadas para o público atendido em ações intersetoriais e transversais previstas no projeto pedagógico das escolas e em concordância com políticas públicas. Assim, processos anteriores a sua execução precisam ser desenvolvidos, como, por exemplo, trabalhar conceitos, crenças, comportamentos individuais e coletivos para conhecer o quanto envolvido e sensibilizado com o tema está a equipe e comunidade escolar, logo as chances de sucesso são aumentadas (CAMOZZI et al, 2015).

Nesse sentido, entende-se que compartilhar informações acerca dos alimentos e preparações é importante, porém maior é a valorização quando tais informações estão contextualizadas, no caso dos alunos, dentro das vertentes familiar, comunitária e social. E na escola este caminho metodológico pode ser trilhado com a construção de valores sobre alimentação saudável pertinentes ao público atendido (BEZERRA et al, 2015).

Ao desenvolver atividades sobre nutrição e PAAS nas escolas, busca-se atender aos objetivos de programas para promoção da saúde e prevenção de doenças, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (CORDEIRO et al, 2017).

O PNAE (Lei Nº 11.947/2009), considerado um programa da área da SAN e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), tem caráter universal, e atende aproximadamente 46 milhões de alunos de creches até o ensino médio. É instituído no âmbito escolar por meio de duas vertentes principais: a oferta da AAS nas escolas

e, a inserção do tema em diversas áreas do currículo, possibilitando o desenvolvimento da EAN no processo de ensino-aprendizagem (JUZWIAK et al, 2013). Ao fornecer refeições aos alunos, promove-se a oferta de energia e nutrientes adequados, evita absenteísmo e evasão escolar, e considera-se ainda a possibilidade de desenvolver competências e habilidades no ato de comer (MUSSIO et al, 2014).

A escola é também um importante espaço para o desenvolvimento de projetos governamentais, tais como o Programa Saúde na Escola (PSE), que está inserido no Plano Nacional para Enfrentamento das DCNT projetado para os anos de 2011 a 2022 no Brasil (BRASIL, 2011).

O PSE, instituído pelo Decreto Nº 6.286/2007, busca integrar e articular as áreas da educação e saúde dentro das escolas da rede pública de ensino. O programa visa estabelecer intervenções de promoção, prevenção e atenção à saúde com alunos da educação básica, gestores e profissionais da educação e saúde, bem como a comunidade escolar, visando trabalhar questões pertinentes que possam prejudicar o desenvolvimento de crianças e jovens. As ações desenvolvidas no PSE devem respeitar a diversidade cultural da localidade e autonomia dos professores e gestores escolares, constando ainda no projeto pedagógico da escola (SOUZA & FONSECA, 2015).

A escola se vincula diretamente como campo de atuação para as propostas da EAN que, por sua vez, é descrita como uma ferramenta eficaz na elaboração de estratégias em prol de temáticas voltadas para promoção da saúde e SAN, visto compreender que conhecimentos e experiências na infância podem ser mantidos na vida adulta, associado a possibilidade de serem compartilhados com os familiares, integrando a comunidade escolar (CORDEIRO et al, 2017; BRASIL, 2012).

Incorporar o tema da alimentação e nutrição no contexto escolar, com ênfase na alimentação adequada e saudável e na promoção da saúde, é um grande desafio. Nesse contexto, fazem-se necessárias não somente ações pontuais de promoção da alimentação adequada e saudável como, também, a incorporação rotineira de atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) (BRASIL, 2018).

Diante desta perspectiva, o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MREAN) é um documento, publicado em 2012 por entidades governamentais e não governamentais brasileiras da área da nutrição, que apresenta nove princípios com o intuito de nortear ações no tema da alimentação

e nutrição, no qual se torne possível abranger a complexidade do fenômeno alimentar, incluindo os aspectos da contemporaneidade, do sistema alimentar e das questões ambientais e éticas envolvidas (BRASIL, 2012).

Conforme previsto no MREAN, os princípios que norteiam as ações de EAN são: 1. Sustentabilidade social, ambiental e econômica, 2. Abordagem do sistema alimentar na sua integralidade, 3. Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas, 4. A comida e o alimento como referências; Valorização da culinária enquanto prática emancipatória, 5. A Promoção do autocuidado e da autonomia, 6. A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos, 7. A diversidade nos cenários de prática, 8. Intersetorialidade, 9. Planejamento, avaliação e monitoramento das ações (BRASIL, 2012).

Além do MREAN, outra ferramenta importante para dar apoio à PAAS é o novo Guia Alimentar para População Brasileira (GAPB), que foi publicado pelo MS em 2014. O GAPB é um documento que traz as diretrizes alimentares oficiais e trata a alimentação de uma maneira mais abrangente. Considera, além dos nutrientes, a combinação entre os alimentos, as refeições e as dimensões culturais e sociais das práticas alimentares, como a comensalidade que considera o modo de comer, ou seja, o dimensionamento que o ato de comer deve ocupar no cotidiano, o ambiente no qual se realiza as refeições e as relações interpessoais estabelecidas no comer em companhia (BRASIL, 2014).

O GAPB destaca a escolha dos alimentos pautada na classificação dos mesmos em decorrência do grau de processamento. Os alimentos *in natura* ou minimamente processados que são adquiridos das plantas e/ou animais ou ainda quando sofrem alterações mínimas (limpeza, secagem, refrigeração e outros), sem adição de ingredientes e/ou substâncias. Os alimentos processados que são os que recebem, na indústria, adição de sal, açúcar ou outra substância para aumentar o prazo de validade e realçar o sabor. Os alimentos ultraprocessados que são produzidos na indústria por meio de uma quantidade mínima do alimento original e de formulações de vários ingredientes que possuem alta densidade energética e altos teores de açúcar, sódio, gorduras saturadas e *trans*, bem como aditivos alimentares. E traz como regra de ouro que as pessoas prefiram sempre alimentos *in natura* ou

minimamente processados e preparações culinárias a ultraprocessados (BRASIL, 2014).

Um dos pontos mais importantes na discussão da alimentação é a incorporação da socialização devido às questões culturais e de compartilhamento as quais estão vinculadas. Desta forma, a PAAS no âmbito das escolas conta com a participação de professores e da comunidade escolar, no atendimento ao arcabouço teórico disposto nos programas e projetos que se desenvolvem nas mesmas (SILVA et al, 2013).

2.2 A atuação dos professores na Promoção da Alimentação Adequada e Saudável

O professor pode ser apontado como ator essencial no processo de formação cidadã dos alunos. Mais do que ensinar, o professor é um espelho para os seus alunos, e influencia na formação de hábitos e no comportamento, especialmente de crianças (SILVA et al, 2013). Os professores são os profissionais da educação que estão na companhia dos alunos durante o horário que estão na escola, assim é possível pressupor que ambos se conhecem e estão continuamente compartilhando conhecimentos e experiências, que garantem a oportunidade dos professores identificarem a realidade social e cultural desses alunos (MUSSIO et al, 2014).

No espaço escolar, os professores são percebidos como importantes educadores também na área de alimentação e nutrição, podendo gerar discussões ampliadas, desenvolver a criticidade e promover hábitos alimentares saudáveis (MUSSIO et al, 2014).

Para o fortalecimento das ações de EAN, é importante que as vertentes da alimentação e nutrição sejam compreendidas, adotadas e vivenciadas no âmbito cultural e social das relações pessoais e interpessoais. Resultados significativos no trabalho com a EAN na escola são alcançados com a integração nas disciplinas e experiências cotidianas dos alunos, para que não seja apenas referenciado no currículo ou um assunto adicional cobrado nas avaliações (BRASIL, 2018).

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de

hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012).

A atuação dos professores na PAAS, envolve as competências e habilidades que os mesmos devem ter para trabalhar o tema numa abordagem dialógica, ou seja, que evite a veiculação verticalizada das informações. Baseado nas dimensões da alimentação, a educação em saúde deve ser significativa aos alunos, motivando a participação entre eles, além de ser problematizadora e transversal com as disciplinas curriculares (BEZERRA et al, 2015).

Buscar o interesse do aluno, desmitificar conceitos e preconceitos, respeitar as condições socioeconômicas e idade são algumas questões importantes no planejamento pedagógico, afinal cada aluno traz uma vivência única, cada comunidade apresenta um perfil diferente e, portanto, não há metodologias previamente elaboradas e perfeitas a cada situação específica. E para ser possível alcançar tal demanda, o professor é responsável por traçar métodos que trabalhem simultaneamente conceitos, atividades e vivências, considerando que ao associar a teoria com a prática, busca-se maior envolvimento dos alunos e compreensão da aplicação dos conteúdos, transcendendo o processo de ensino e aprendizagem aos limites da sala de aula (PINTO et al, 2014).

Na busca por ações relacionadas a educação em saúde que promova mudanças de atitudes e das práticas alimentares, o professor pode e deve lançar mão de estratégias educativas que torne o ensino mais prazeroso, fácil e divertido, como o uso de atividades lúdicas e interativas. Essa ludicidade promove aos alunos a oportunidade de identificar, classificar, agrupar, ordenar, simbolizar e combinar informações com atenção e concentração (SILVA et al, 2013).

Os professores devem priorizar trabalhar os conteúdos, inclusive sobre alimentação e nutrição, por meio de exposições orais, dinâmicas em grupo, leitura dirigida, experiências práticas, vídeos, filmes e dramatização, ou seja, reproduzir na sala de aula materiais audiovisuais que desenvolvam ativamente a produção e reflexão do aprendizado, promovendo o aprimoramento físico e intelectual dos alunos (BEZERRA et al, 2015).

Pode-se destacar também os jogos pedagógicos como alternativa para fomentar essa exploração e construção do conhecimento abordado em sala de aula, fortalecendo o desenvolvimento psicomotor, as habilidades de elaboração do pensamento, enfrentamento e solução de problemas, bem como estimulando o interesse dos alunos, as relações sociais, curiosidade e desejo em obter maior entendimento (SILVA et al, 2013).

As ações educativas escolares são direcionadas pelos conteúdos curriculares, e o tema da alimentação saudável, no sistema educacional brasileiro, faz parte desses conteúdos (PINTO et al, 2014). O ensino fundamental se divide em anos iniciais e anos finais. O ensino fundamental I, ou anos iniciais, se refere a dois ciclos da educação básica, sendo o primeiro ciclo correspondente ao 1º, 2º e 3º anos com alunos na faixa etária de 6 a 8 anos de idade, enquanto o segundo ciclo corresponde ao 4º e 5º anos com alunos na faixa etária de 9 a 10 anos de idade. Nesta fase da escolarização, os alunos tendem a apresentar significativo crescimento nos aspectos físico, psíquico, emocional e cognitivo. Assim é possível identificar que evoluem de uma fase simbólica – que se baseia na compreensão de mundo, através de questionamentos e reflexões, e inserção na realidade vivida – para dar início à fase da puberdade. Contudo, é conveniente ressaltar que tal desenvolvimento está associado às experiências dos alunos, tanto do ponto de vista das oportunidades do processo ensino-aprendizagem quanto da construção das interações interpessoais e socioculturais qualificadas (BRASIL, 2018).

O currículo escolar deve ser direcionado às demandas apresentadas na escola, desta forma pode ser elaborado e revisado sempre que necessário. O ensino fundamental público, no Brasil, conta com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Nº 9.394/1996) que aponta a alimentação e assistência a saúde dos alunos como dever do Estado (FALKENBACH, 2014). As leis das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), apontam o assunto da saúde para formação cidadã. Já o plano curricular do ensino fundamental segue as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (MACHADO & CARVALHO, 2015).

Os PCNs apresentam seis áreas temáticas que devem ser desenvolvidas em abordagem transversal as demais disciplinas ministradas na escola, dentre elas está a alimentação e nutrição como subcategoria da saúde (FALKENBACH, 2014). Assim

é encontrado nos livros didáticos, aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), na disciplina de Ciências da Natureza do ensino fundamental, o tema da alimentação e nutrição (MACHADO & CARVALHO, 2015).

Contudo, considerando o contexto da EAN nas ações relacionadas a prevenção e promoção da saúde, a Lei Nº 13.666/2018 inseriu a EAN como tema transversal no currículo escolar, se apresentando como conteúdo que deve ser desenvolvido de forma integrada na escola (BEZERRA et al, 2015; FALKENBACH, 2014).

Dessa forma, o professor precisa desenvolver estratégias que crie um vínculo entre educação e alimentação, para que os alunos sejam capazes, através da reflexão, de modificar seus hábitos alimentares, de modo a deixá-los mais saudáveis. Muitos são os entraves para alcançar estas mudanças e os professores devem estar preparados para este desafio (PINTO et al, 2014).

Mesmo que o papel do professor seja destacado nos referenciais teóricos que dizem respeito a alimentação e nutrição, à formação do corpo docente do ensino fundamental para a PAAS ainda é deficiente, voltada à uma prática pedagógica tradicional (FALKENBACH, 2014). Os autores Araya e Fonseca (2017), ressaltam que é comum os professores utilizarem o acesso à internet, independente da confiabilidade dos locais de acesso, como principal fonte de reciclagem das informações e conteúdos referentes ao ensino de temas transversais, como a alimentação. Segundo Bezerra et al (2015), é identificado de maneira expressiva que as atividades sobre alimentação e nutrição desenvolvidas pelos professores não são acompanhadas por registros. Machado e Carvalho (2015) apontam que a discussão da EAN estabelecida pelos professores com os seus alunos ainda é frágil, devido à pouca valorização do tema.

É imprescindível investigar e refletir, junto aos professores, o conhecimento e a criticidade que possuem em relação ao tema da alimentação e nutrição (FALKENBACH, 2014), afinal informação atualizada, aplicação transversal e interdisciplinar dos conteúdos, independente da disciplina, e recursos pedagógicos adequados, formam um tripé para adesão de competências, atitudes e práticas dos alunos na alimentação (MUSSIO et al, 2014). Assim, a formação dos professores na EAN é indispensável para PAAS e atendimentos aos objetivos e diretrizes das políticas públicas (FALKENBACH, 2014).

Cabe salientar que ter acesso à informação não caracteriza necessariamente uma mudança efetiva no estilo de vida, tal como não garante que o professor reconheça seu papel enquanto promotor da saúde no âmbito escolar. Deste modo, estar de maneira crítica imerso na realidade social e compreender que é uma referência de comportamento aos alunos são passos seguintes à capacitação do corpo docente que não podem ser esquecidos, afinal um professor motivado e capacitado tende a trazer à tona o contexto alimentar mais frequentemente a sala de aula. É perceptível que a abordagem de qualidade do tema alimentação e nutrição com o professor também deve ser pautado na sua própria realidade e na linha de condução dos questionamentos em sala de aula (CAMOZZI et al, 2015; FALKENBACH, 2014; SILVEIRA, 2013).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

- Conhecer a percepção das professoras sobre alimentação saudável em uma escola pública de ensino fundamental I de Macaé – RJ.

3.2 Objetivos específicos

- Analisar as percepções das professoras com as diretrizes sobre alimentação saudável propostas pelo Guia Alimentar para a População Brasileira.
- Identificar potencialidades e entraves para as professoras atuarem como promotoras da alimentação saudável.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma das ações desenvolvidas pelo projeto de pesquisa e extensão do Campus UFRJ-Macaé, ***Como Crescemos: avaliação nutricional e atividades educativas de promoção da saúde na escola.***

4.1 Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa exploratória transversal com abordagem qualitativa.

4.2 Local da pesquisa

A presente pesquisa teve como campo de investigação uma escola pública de ensino fundamental I do município de Macaé, na qual desde o início de 2017 estabelece-se um vínculo por meio das ações do projeto Como Crescemos. Cabe informar que a escolha das escolas nas quais o projeto atua é feita pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Macaé, considerando a região que deve ser de fácil acesso, para permitir o deslocamento dos acadêmicos da equipe do projeto.

A escola referida nesta pesquisa funciona nos turnos matutino e vespertino com turmas do primeiro ao quinto ano, e está localizada em uma região que não se configura como um território de vulnerabilidade, apresentando ruas asfaltadas, construções civis em boas qualidades e próximas a pontos comerciais.

4.3 Sujeitos da pesquisa

Participaram da pesquisa as professoras das turmas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental I, dos turnos matutino e vespertino, que atuaram durante o período letivo de 2017.

4.4 Critérios de inclusão e exclusão

Todas as professoras da escola foram convidadas a participar, exceto aquelas que atuavam exclusivamente na gestão escolar. Foram excluídas as professoras que no dia da realização do Grupo Focal (GF) chegaram atrasadas.

4.5 Técnica para coleta de dados

Para a realização da pesquisa, foi feito um agendamento prévio com a direção da escola para o dia 07 de novembro de 2017 em período destinado às atividades

complementares das professoras. Para a coleta de dados da pesquisa, foi utilizada a técnica do GF.

O GF é uma técnica de pesquisa qualitativa e se destina à realização de coleta de dados por meio de entrevistas em grupos, que contam com a participação de indivíduos que interagem e compartilham conhecimentos, opiniões, vivências, percepções, comportamentos e crenças (BUSANELLO et al, 2013; VIEIRA et al, 2013).

A comunicação entre os participantes, promovida pelo GF, contribui para unir informações a respeito de um determinado tópico, tema, produto, serviços, entre outros que se queira mapear e/ou conhecer a visão de grupos sociais. Assim sendo, é possível criar um espaço para debate no qual as pessoas envolvidas têm a oportunidade de problematizarem a temática em questão e contribuir com a elaboração de estratégias e/ou soluções pautada na realidade assistida (KINALSKI et al, 2017).

Para realização do GF, é preciso que haja um entrevistador, que exercerá função de moderador, ou seja, o mesmo precisa conduzir um debate construtivo, mantendo o foco no tema que se espera desenvolver na discussão. São informações importantes que o moderador deve esclarecer: ética do estudo realizado, evitar que mais de uma pessoa fale por vez e discussões paralelas, explicar que todos os participantes podem se expressar livremente, sem que haja domínio da fala por uma só pessoa. Para auxiliar o moderador, outra pessoa deve atuar como observador, que tem a função de estar atento e realizar os registros das principais expressões dos participantes, verbais e não verbais, precisa contribuir com a condução do GF, monitorando o tempo hábil para o mesmo, o equipamento de gravação e esboçar sua visão em relação ao debate estabelecido (KINALSKI et al, 2017; SEHNEM et al, 2015).

É essencial assegurar a ética na condução do GF, bem como nos resultados produzidos, sendo assim a privacidade dos participantes exposta com as gravações em áudio e no posicionamento em grupo, nos quais ambos são apresentados a pessoas desconhecidas, deve ser atestada por meio de consentimento dos participantes (GONDIM, 2003).

É necessário a elaboração de um roteiro para nortear o moderador na condução da discussão de maneira progressiva e fluida. Espera-se que o GF alcance

uma discussão rica de conteúdo, sem que seja necessária uma intervenção excessiva do moderador (GONDIM, 2003).

As questões norteadoras do GF realizado na presente pesquisa foram: “O que é alimentação saudável para você?”, “Como professora, você se considera promotora da alimentação saudável? De que forma?” e “O ambiente escolar favorece a promoção da alimentação saudável?”.

Inicialmente, a moderadora solicitou autorização para gravar a entrevista, e após o consentimento das participantes, a mesma explicou a técnica do GF, informando que o objetivo era discutir sobre um tema previamente definido, e que para nortear a discussão, haviam sido elaboradas três questões norteadoras. A moderadora destacou a importância da participação de todas as professoras presentes de modo a garantir o compartilhamento das percepções sobre o tema.

A moderadora expôs a primeira questão norteadora e deu início a discussão. As outras duas questões norteadoras foram apresentadas em sequência ao longo do tempo. Quando a moderadora percebia que a questão já havia sido amplamente discutida por todas as participantes, seguia para a questão seguinte.

O local de realização do GF deve ser apropriado ao número de pessoas envolvidas, de fácil acesso e sem ruídos e/ou possíveis interrupções. É essencial que haja gravadores em duplicata em bom estado geral, a fim de realizar o registro da conversação em áudio de qualidade, que posteriormente será transcrito (VIEIRA et al, 2013). Para possibilitar o processo de exposição, sem que haja cansaço e dispersão do assunto, é recomendável que a técnica dure de uma hora e meia a duas horas (KINALSKI et al, 2017).

O GF foi realizado com as professoras sentadas em cadeiras dispostas em círculo, numa sala de aula espaçosa, silenciosa e com boa ventilação, e teve duração de 60 minutos.

A entrevista foi gravada utilizando gravador de voz portátil para posterior transcrição. Após a análise do conteúdo do GF, foram definidas categorias que nuclearam os significados das falas das participantes, identificando-se a presença com que apareceram as percepções do que se discutia.

4.6 Análise de dados

Para a interpretação dos dados, após a transcrição da entrevista, foi realizada análise de conteúdo, segundo Bardin (1977). A análise de conteúdo ocorreu em três etapas: a pré-análise, que corresponde a leitura exhaustiva do material contendo a transcrição textual e visual, estabelecendo as ideias iniciais relacionadas ao tema; a exploração do material, que corresponde a busca de expressões ou palavras que sejam adequadas ao conjunto de relatos organizados, podendo conter narrativas; e a interpretação que corresponde a escolha das categorias temáticas do assunto.

Além das três etapas da análise de conteúdo, as categorias temáticas estabelecidas foram discutidas à luz das diretrizes sobre alimentação saudável propostas pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB), publicado em 2014, para avaliar o quanto a percepção das professoras se aproxima ou se distancia dessas orientações. Buscou-se ainda, com os dados, identificar potencialidades e entraves para a atuação das professoras na promoção da alimentação saudável.

Ressalta-se que ao longo dos resultados e discussão, serão apresentadas algumas falas das professoras, e para que não haja identificação dessas falas, os nomes das professoras foram substituídos por nomes de flores.

4.7 Motivações da autora

As minhas motivações para o desenvolvimento da presente pesquisa perpassam pela intimidade com o ambiente escolar outrora construída ao longo da minha formação. Através da realização do curso normal integrado ao ensino médio, oportuneizei atuar como professora de educação infantil em uma escola pública, no município de Rio das Ostras, durante um ano e meio.

Com o ingresso na faculdade, tornou-se inviável conciliar as duas demandas, levando-me a desistência nas atividades como professora, mas permanecendo o anseio pela atuação nos trabalhos que promovem compartilhamento de conhecimentos e saberes de maneira tão rica como as ações de educação em saúde, reforçados na graduação através das disciplinas intituladas Educação Alimentar e Nutricional (EAN) I, II e III.

Por esta razão, as propostas do projeto Como crescemos com vistas ao planejamento e execução de ações nas escolas correspondem as minhas expectativas, levando a elaboração desta pesquisa que também contou com as contribuições da minha orientadora e co-orientadora, coordenadoras do projeto e docentes no curso de Nutrição na Universidade Federal do Rio de Janeiro – Campus Macaé.

4.8 Considerações éticas

A presente pesquisa é parte das ações do projeto de pesquisa e extensão **Como Crescemos: avaliação nutricional e atividades educativas de promoção da saúde na escola** aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Campus Macaé (CAAE: 49258313.1.0000.5257) (Anexo A).

Os participantes foram esclarecidos sobre a pesquisa e consentiram em participar, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização do Grupo Focal (GF), da equipe do projeto Como Crescemos, participaram 3 graduandas de Nutrição e 3 professoras universitárias, sendo que uma delas exerceu o papel de moderadora do encontro. Das 15 professoras que compareceram, no total 13 consentiram em participar, compondo um grupo exclusivamente feminino.

Foi realizada uma breve apresentação de todas presentes. Cabe destacar que durante esta apresentação, espontaneamente, algumas professoras relataram a experiência em consultas com nutricionistas e a insatisfação com tentativas frustradas de perda de peso, como apresentado nas falas abaixo.

“...eu tô sendo acompanhada por uma nutricionista, mas tô morrendo de medo de voltar lá dia 21 (risos), porque não fiz nada que ela mandou, hoje já comi bolo pra caramba.” (TULIPA)

“...tava também com uma nutricionista e ela passou pra mim uma reeducação alimentar, só que isso já tem 3 pra 4 meses e eu nem retornei (risos) não tive como, mas tô aí, tô na luta (risos).” (LÍRIO)

Esses relatos iniciais das professoras durante a apresentação demonstram que as participantes associam Nutrição a dietas para emagrecimento. Tal associação

pode, contudo, ser decorrente de um viés de entrevistador. Ou seja, por saberem que a equipe era composta por nutricionistas talvez as professoras quisessem justificar o peso que acreditavam ser inadequado.

Atualmente, é frequente na sociedade a imposição do corpo magro como ideal do corpo perfeito, especialmente entre as mulheres. Os desdobramentos deste processo recaem sobre a autoimagem, gerando percepções negativas sobre a imagem corporal, exigência em torno do peso e medidas, e insatisfação pessoal devido ao distanciamento entre a realidade e um padrão aceito socialmente que é inalcançável (BERNARDES et al, 2016).

Em seguida à apresentação, a moderadora expôs a primeira questão norteadora “O que é alimentação saudável para você?”, e dentre as três questões norteadoras apresentadas, essa foi a que proporcionou maior compartilhamento de opiniões.

O clima durante o GF foi de descontração e as professoras estavam muito à vontade. Em alguns momentos foi necessário que a moderadora intervisse para organizar as falas. Cabe salientar que essa descontração é importante para o bom desenvolvimento da técnica do GF, e que provavelmente se deu pelo vínculo já estabelecido entre as professoras da escola e a equipe do projeto Como Crescemos.

Como prevê a técnica do GF, não foi objetivo buscar um consenso entre as participantes, entretanto, será apresentado ao longo da discussão, os pontos que convergiram e aqueles que foram mais amplamente discutidos e polêmicos entre as professoras, incluindo a apresentação de algumas falas. Os resultados encontrados foram sistematizados em três categorias: (I) Percepção sobre alimentação saudável, (II) Ambiente alimentar na escola e (III) Professoras na Educação Alimentar e Nutricional.

5.1 Percepção sobre alimentação saudável

A primeira categoria reúne o conjunto de opiniões que demonstram o entendimento que as professoras têm sobre alimentação saudável. Segundo as professoras, uma alimentação saudável é aquela que deve incluir frutas, legumes e verduras (FLV) na rotina alimentar. Os alimentos foram abordados por elas, principalmente, por sua importância como fonte de energia e nutrientes necessários

às demandas do organismo, e para auxiliar no bem-estar físico e garantir saúde, como apresentado na fala a seguir.

“E quando a gente para e pensa né, por exemplo, alimento, o que que é alimento? É o que vai né, te alimentar, suprir as suas necessidades, do seu corpo físico né, e alimentação saudável, saudável é tudo que é bom, que nos traz saúde né, que é benéfico pro teu ser físico...” (LÍRIO)

As professoras demonstraram ter uma visão predominantemente biologicista da alimentação. A visão biologicista resgata uma abordagem tradicional no campo da alimentação e nutrição que se manifesta através do consumo dos alimentos em prol dos benefícios ao organismo. A população tende a reproduzir um discurso biomédico normativo que confere a alimentação um caráter dietoterápico (SILVA et al, 2016; BERNARDES et al, 2016).

Essa percepção também foi observada no estudo de Pedraza et al (2017) realizado com professores de duas escolas públicas de Campina Grande. Foi identificado que dentre os tópicos com maiores acertos estão aqueles relacionados a importância dos alimentos como fonte de energia e nutrientes necessários para crescimento, desenvolvimento e saúde das crianças.

Essa visão também é abordada no estudo de Bernardes et al (2016) que realizou entrevistas semiestruturadas para avaliar a percepção de saúde e alimentação saudável de moradores da área de abrangência de uma Unidade de Saúde da Família (USF) localizada na região Noroeste de Santos, São Paulo. Os entrevistados associaram a alimentação saudável com o consumo de FLV. No entanto, neste mesmo estudo, os autores chamam atenção para a fala de uma das entrevistadas, que levanta um outro olhar para alimentação saudável, no qual traz à tona a história de vida, família e comunidade que permitem construir outro significado para o comer saudável.

Nesta perspectiva, o estudo de Viero & Blümke (2016) que realizou entrevistas com roteiro semiestruturado para compreender os sentidos e significados do ato alimentar de alunos de instituição privada de ensino superior do município de Santa Maria / Rio Grande do Sul, apontou que para a promoção da saúde e bem-estar, a

nutrição envolve a alimentação que está relacionada à ingestão de nutrientes, como também os outros aspectos do ato de comer, como realizar as refeições em companhia, comer com regularidade e em ambientes adequados, conforme recomenda o Guia Alimentar para População Brasileira (GAPB).

Segundo o GAPB, não se pode negar a essencialidade dos alimentos como fornecedores dos nutrientes, mas é importante ampliar a visão da alimentação nas outras dimensões. Os efeitos que FLV podem apresentar, por exemplo, na proteção de doenças cardiovasculares se diferem se uma pessoa consome tais alimentos ou os nutrientes de forma isolada em medicamentos ou suplementos. Portanto, estar atento exclusivamente ao teor dos nutrientes e a forma de manipulação dos mesmos distancia os indivíduos da variedade de combinações, modos de preparo e modos de comer na alimentação que também integram as dimensões socioculturais dos hábitos alimentares, relacionados a autonomia, prazer e sua vinculação com a saúde (BRASIL, 2014).

De acordo com as professoras, a alimentação saudável envolve o modo de preparo dos alimentos. A fritura é percebida por elas como uma preparação com alto teor de gordura e que não deve fazer parte da alimentação saudável. Com relação às opções de bebidas, o suco natural de fruta foi citado como uma opção saudável, desde que não seja coado para não perder as fibras e nem adoçado com açúcar para evitar adição de calorias.

No mesmo estudo de Bernardes et al (2016), os participantes manifestaram que ter uma alimentação saudável não condiz com a prática de consumir óleos, gorduras e açúcar. Portanto, a população é apropriada do discurso que propõe uma alimentação saudável pautada na redução do teor de gordura, sal e açúcar, restringindo o tema a uma versão “energético-quantitativa”.

As professoras relataram que, no cotidiano delas, o mais importante para ter uma alimentação saudável é consumir frequentemente alimentos saudáveis, mas não deixar de consumir esporadicamente alimentos não saudáveis, como apresentado na fala abaixo.

“Porque eu gosto, gosto de comer pizza, eu gosto de comer um hambúrguer, eu gosto de comer coisas que não são assim tão saudáveis, então uma vez ou outra no mês, eu me permito comer.” (ORQUÍDEA)

É possível destacar que as professoras distinguem alimentos saudáveis e não saudáveis. E que, segundo elas, o contexto da alimentação saudável envolve uma relação de equilíbrio no consumo desses dois tipos de alimentos. Neste caso, esses relatos entram em contradição com a percepção previamente destacada pelas professoras, na qual a alimentação saudável está relacionada ao consumo, predominante, de FLV.

As opções alimentares indicam que o prazer em comer, na maioria das vezes, está ligado ao consumo de alimentos não saudáveis. Como se as opções saudáveis alimentassem o corpo, e as não saudáveis, alimentassem a alma.

Essa visão também é observada pelas autoras Massyliouk & Campos (2016) em um estudo com pais/responsáveis de crianças, que apontou, através de entrevistas, o consumo alimentar dos filhos gerenciado pela dualidade do prazer e da nutrição, sendo o primeiro visto como inadequado e o segundo como correto em relação as escolhas alimentares. O objetivo dos pais é nutrir adequadamente, sendo os produtos alimentícios como refrigerantes e doces alocados no prazer, enquanto que alimentos como leite, água, sucos, arroz, feijão, legumes e frutas alocados no dever em nutrir-se bem.

Já a percepção de alunos do curso de Nutrição de uma instituição pública federal de ensino superior no Rio de Janeiro, avaliada por meio da realização de GF na pesquisa de Oliveira et al (2017), revelou que os mesmos consideram que possuem uma alimentação não saudável. Os autores associam este resultado com a visão do alimento saudável e alimento não saudável por parte dos alunos, e que, provavelmente, pode estar baseada no modelo biomédico da alimentação que também pode ser chamado de "nutricionismo". Este conceito, assim como apresentado nas falas das professoras da presente pesquisa, elenca os alimentos em saudáveis, permitidos, e não saudáveis, proibidos, integrando o campo da ciência da Nutrição que encaminha a observação exclusiva do teor calórico e nutricional dos alimentos, ainda muito presente na alimentação.

Rotular os alimentos em bons ou ruins não condiz com a prática da alimentação saudável, visto que os alimentos integram preparações que compõem uma rotina alimentar. Alimentar-se de forma saudável envolve a harmonia na quantidade e qualidade, por isso é fundamental considerar ingredientes, modo de preparo, combinações e as demais variações das práticas alimentares a fim de apontar

inadequações na alimentação (BRASIL, 2014).

É valorizado pelas professoras, a individualidade na alimentação. Segundo as participantes, cada pessoa pode responder de forma diferenciada a uma dieta, ao consumo de determinado alimento, sendo assim é fundamental que se identifique quais estratégias alimentares apresentam efeitos positivos e/ou efeitos negativos ao próprio corpo e saúde, como apresentado na fala abaixo.

“...eu me lembrei aqui que eu estava conversando com a professora Rosa e eu falei pra ela “Nossa, você emagreceu né”, aí ela falou assim “É, olha eu descobri que a farinha branca me faz mal, eu cortei o trigo e tal”, então eu acho que assim, também nem tudo que é benéfico pra professora Rosa, por exemplo, pode vir a ser benéfico pra mim, então eu acho que primeiro a gente precisa do autoconhecimento.” (LÍRIO)

Durante o GF as professoras expuseram os principais entraves para uma alimentação saudável. Elas consideram a preparação de refeições saudáveis muito trabalhosa e demorada, e mencionaram que as habilidades culinárias desenvolvidas pelas gerações anteriores se perderam, pois, a geração atual não tem interesse em cozinhar. Consideram que esses entraves se configuram como motivos para o consumo frequente de produtos industrializados prontos.

“Eu acho que pra você ter uma alimentação saudável você tem que preparar, e dá trabalho.” (AZALEIA)

“É, mas muitas vezes a gente come comida assim que a gente sabe que vai fazer mal pela falta de tempo né, por exemplo, trabalha o dia todo, aí como que vai fazer almoço né, pra poder comer direito? Então as vezes a gente compra uma quentinha, uma coisa assim, e acaba comendo coisas que não deviam, também pela falta de tempo que a gente tem, né.” (ROSA)

A ausência de refeições em horários regulares, comer com pressa e realizar

outras atividades durante o ato de comer são alguns exemplos dos desdobramentos provenientes da falta de tempo. A redução do tempo, atualmente, se deve a uma série de situações, presentes no cotidiano das pessoas, tais como trajetos longos entre a residência e o local de trabalho e/ou estudo, e trânsitos frequentes nas cidades. Com isso, determinadas atividades tendem a receber menor atenção no dia a dia, como é o caso do preparo das refeições (MELO et al, 2016).

As habilidades culinárias, na percepção das professoras, estão se perdendo na sociedade contemporânea. As mesmas relatam que a geração atual não vivencia um ambiente familiar em que a mãe é responsável pela elaboração das preparações com ingredientes frescos e naturais, e essa mudança na estrutura familiar desencadeia a substituição das preparações caseiras por soluções mais práticas, pois os responsáveis não demonstram interesse ou preocupação em refletir sobre o ato alimentar, como apresentado na fala abaixo.

“Então, se você tiver umas receitas assim mais rápidas, você até se anima né, você faz, então fica gostoso e mais saudável, opa, você já vai mudando, porque aquilo ali vai se tornando mais natural. Porque hoje, se a gente não tem o hábito de cozinhar em casa, começar de uma hora pra outra vai ser uma coisa difícil, né? Porque a gente veio de uma geração que a mãe cozinhava em casa, que a gente comia em casa, eu pelo menos, tinha aquela coisa de todo dia a comida da minha mãe e eu amo quando a minha mãe vem na minha casa que cozinha...”
(VIOLETA)

Este dado denota a culpabilização das professoras em relação ao preparo das refeições no ambiente familiar, no qual há uma associação entre preparar as refeições e o papel da mulher enquanto responsável exclusiva por esta atividade no lar. O GAPB aponta que há necessidade do preparo das refeições com alimentos *in natura* ou minimamente processados, incentivando o consumo da comida de verdade, contudo para o alcance desta prática é preciso também incluir os integrantes da família nas tarefas relacionadas a alimentação. Neste caminho, o ato de preparar o alimento, desde o planejamento do cardápio até a refeição, deve envolver as mães, pais, filhos

e demais entes (BRASIL, 2014).

Lelis et al (2013) em estudo com trabalhadoras dos diferentes setores ocupacionais da Universidade Federal de Viçosa, relaciona a inserção no mercado de trabalho com a falta de tempo para o preparo da alimentação. O fato de não estar em casa impossibilita as mulheres de elaborar as refeições, usar quantidades adequadas de determinados ingredientes e, assim, preparar um cardápio mais saudável. Não poder acompanhar a alimentação dos filhos, devido ao cansaço ocasionado pelo trabalho, é uma preocupação para as mães, pois não conseguem estar mais próximas para auxiliar na escolha de alimentos melhores para o consumo, e assim há uma substituição por refeições mais rápidas ou que está facilmente disponível.

Ainda, segundo o GAPB, o tempo e a dedicação podem ser considerados como pontos chave para o progresso pessoal e social das ações relacionadas à alimentação. Cabe salientar que podem ocorrer casos em que seja mais fácil a superação de tais obstáculos no dia a dia e outros em que será necessário um planejamento mais persistente, incluindo o reconhecimento dos benefícios da adoção da alimentação saudável e engajamento em prol da atuação conjunta de políticas públicas (BRASIL, 2014).

Para as professoras, os hábitos alimentares da população brasileira se baseiam na troca dos alimentos naturais por produtos prontos. Como exemplo, os alunos possuem acesso a biscoitos de pacote sabor milho levados de casa para escola, porém há casos em que desconhecem o sabor de um milho cozido, como apresentado na fala abaixo.

“...alimentação saudável é comida, o que a natureza nos dá e essa geração é a geração química...” (GIRASSOL)

A perda das habilidades culinárias influencia os hábitos alimentares. No estudo conduzido por Melo et al (2016) realizado com funcionários do setor de recursos humanos do Hospital de Pediatria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, os participantes justificam que a preferência pelos alimentos industrializados deve-se às características como longo prazo de validade e rapidez no preparo, se tornando viáveis para o consumo de pessoas que permanecem maior período de tempo longe do ambiente doméstico.

O GAPB traz uma proposta de classificação dos alimentos de acordo com o grau de processamento (*in natura* ou minimamente processados, processados e ultraprocessados). Os alimentos ultraprocessados são os alimentos produzidos na indústria com utilização de uma quantidade mínima do alimento original e adicionado de diferentes ingredientes para tornar o produto atraente, tais como refrigerantes, biscoitos recheados, “salgadinhos de pacote” e “macarrão instantâneo”. No contexto da alimentação saudável, o consumo desses produtos alimentícios deve ser evitado, sendo considerados de baixa qualidade nutricional, ademais possuem influências na cultura, no meio social e ambiental (BRASIL, 2014).

O custo da alimentação saudável foi um ponto que gerou polêmica e divergência de opiniões. Parte das professoras consideram inviável uma alimentação saudável para famílias de classe socioeconômica baixa, pois acreditam que alimentos saudáveis são caros. Evidencia-se que a escola está localizada em uma região que não se configura como um território de vulnerabilidade, não reflete necessariamente a condição socioeconômica e de acesso a alimentos com qualidade e preço melhor das famílias dos alunos, bem como das professoras.

Preço, disponibilidade e nível socioeconômico são alguns fatores que influenciam nas escolhas alimentares, no qual o custo é considerado como o segundo principal fator decisivo para as compras (OLIVEIRA et al, 2017).

Conforme apresentado no estudo de Bento et al (2015) que, ao investigar as percepções sobre alimentação saudável dos responsáveis de uma creche em Belo Horizonte – Minas Gerais, através de um questionário semiestruturado, identificou que o preço é um aspecto predominante quanto às escolhas alimentares. Diante de situações como estas, a tendência é que haja alterações na qualidade da dieta, visto que, na maioria dos casos, a alimentação apresentará redução no consumo de frutas e hortaliças e elevada densidade energética pelo consumo de cereais processados, açúcar e óleo, como acontece com indivíduos de baixa renda.

No estudo de Defante et al (2015) que buscou analisar os hábitos alimentares de famílias de baixa renda de pequenas cidades de Mato Grosso do Sul, encontrou-se que em 95% dos casos, nas famílias de baixa renda, é o preço que rege as compras dos alimentos, em sequência estão saúde, sabor e tempo nas interferências as escolhas alimentares.

O custo que as empresas investem na produção e comercialização dos

alimentos refletem no preço disponibilizados aos consumidores. Os alimentos *in natura*, considerados com preços mais elevados, necessitam de transporte e armazenamento adequado tanto na produção quanto na comercialização, ainda são perecíveis e possuem maior índice de desperdícios. Em contrapartida, os alimentos ultraprocessados são, na sua maioria, secos e com prazo de validade longo (BORGES et al, 2015).

Todavia, os estudos, sem exceção, apresentados na referida discussão apontam que o custo dos alimentos e a renda dos indivíduos são variáveis que isoladas não garantem uma interpretação fidedigna do comportamento alimentar da população. Cabe destacar que a discussão do custo de uma alimentação saudável foi iniciada através da expressão gestual com os dedos (indicativo de caro) durante o GF, podendo associar esta percepção como um desdobramento da visão biologicista das professoras, considerando que se apenas as FLV são alimentos saudáveis, muito possivelmente apresentaram preço maior em comparação a outros alimentos que, pelas professoras, não foram apontados como saudáveis (arroz, feijão, pão francês e outros).

Em contrapartida, outra percepção das professoras apresentada no GF sobre o custo da alimentação saudável, aponta que o preço nem sempre é fator decisivo para não aquisição de alimentos mais saudáveis pelos pais/responsáveis dos alunos, pois não é incomum alunos de classe socioeconômica menos favorecida terem acesso aos produtos alimentícios com status no mercado e conseqüente custo elevado, como apresentado na fala abaixo.

“...e eu já tive casos de alunos meus que a mãe alimentava dentro do modismo, “O seu filho não comeu isso?”, em lugares pobres mesmo, “Seu filho não comeu ainda o biscoito, o tal biscoito que saiu?”, “Meu filho já comeu o tal biscoito, o tal iogurte novo”. Ninguém mais vai pro fogão fazer um mingau de fubá.” (MARGARIDA)

Resultado semelhante foi observado no estudo de Bernardes et al (2016), citado anteriormente, no qual os participantes não destacaram dificuldades no acesso financeiro para uma alimentação saudável, embora sejam moradores de região de

elevada vulnerabilidade.

A análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) retrata que manter uma alimentação saudável apresenta custo reduzido no Brasil. Os produtos ultraprocessados com adição de vitaminas e minerais na composição e os produtos perecíveis são exemplos de situações que possuem valor superior no mercado, entretanto existe uma finalidade de emagrecimento, no primeiro caso, e FLV devem ser consumidos respeitando a safra e combinados com outros grupos alimentares. Considerando que a oferta acompanha a demanda, se as pessoas não dispuserem de autonomia em suas práticas alimentares, a tendência para o consumo de produtos ultraprocessados tende a aumentar e evidenciar custo maior para os alimentos *in natura* (BRASIL, 2014).

Associando os relatos das professoras, identifica-se um resgate comparativo das gerações anterior e atual, ou seja, das professoras e dos alunos. As professoras destacam que as mudanças na estrutura familiar que inseriu a mulher no mercado de trabalho se relacionam com a praticidade dos dias atuais. Para elas, a alimentação natural vem sendo substituída pelos produtos embalados, o acesso aos alimentos ocorre mais frequentemente nas compras em supermercados em relação as feiras agroecológicas e há novo dimensionamento da alimentação no cotidiano dos familiares dos alunos.

A alimentação saudável na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), em muitos casos, independe da tomada de decisão e ação, exclusivamente, individual para mudança de hábitos alimentares. Diversos fatores (social, cultural, político, econômico, físico) influenciam a escolha dos alimentos (BRASIL, 2014).

Os relatos das professoras apresentam alguns desses limitadores, tais como as opções de alimentos minimamente processados (descascados, cortados, embalados a vácuo etc) para comercialização que facilitariam a preparação das refeições, porém com custo elevado. Além disso, o rendimento das preparações é um fator que as pessoas costumam ponderar no momento da compra dos alimentos, como, por exemplo, um refrigerante e uma limonada, principalmente nas famílias que possuem maior número de integrantes.

5.2 Ambiente alimentar na escola

A segunda categoria reúne o conjunto de opiniões sobre o ambiente alimentar

na escola. O ambiente alimentar na escola foi destacado como promotor da alimentação saudável devido a oferta de refeições (café da manhã e almoço) via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As professoras entendem que o cardápio é elaborado por nutricionista, o que viabiliza a oferta de preparações balanceadas e com alimentos de qualidade, pois a comida é fresca todos os dias. Entretanto, as professoras destacam que a oferta não garante a adesão, como pode ser observado na seguinte fala.

“É, desde o momento que é oferecido pra eles o que foi feito de melhor, pelo menos essa é a tentativa, por este motivo o cardápio elaborado por uma nutricionista. O ambiente acho que sim [promotor da alimentação saudável], é oferecido, eles aceitam já é outra história.” (ORQUÍDEA)

Os alunos das professoras da presente pesquisa permanecem na escola durante um turno (matutino ou vespertino) ao longo do dia e neste intervalo de tempo é de responsabilidade da escola ofertar alimentação adequada. De acordo com as diretrizes do PNAE, a alimentação escolar deve ofertar, no mínimo, 20% dos requerimentos nutricionais diários dos alunos matriculados na educação básica, no qual as necessidades energéticas diárias relacionam a faixa etária com a quantidade de alimento per capita. Para alcançar as recomendações energéticas e nutricionais, possibilitando uma alimentação balanceada, os cardápios devem ser elaborados pelo nutricionista, que deve ainda, considerar os aspectos socioculturais da realidade assistida para representar a demanda da localidade e promover saúde, respeitando o repasse de verba por meio do censo escolar (VASTI & SOUZA, 2013).

Contudo, houve questionamentos específicos relacionados a rotina de preparo das refeições. Foi descrito que no turno da manhã, a oferta do almoço acontece as 10h, e muitos alunos acabam não almoçando por ser cedo. Neste caso, destaca-se duas vertentes: o aluno pode não realizar a refeição ofertada na escola ou haver casos em que o aluno almoça mais cedo na escola e ao chegar em casa, almoçar novamente. Na visão das participantes, seria mais interessante neste horário ofertar uma porção de fruta e o almoço acontecer após o término das aulas.

Sendo assim, as professoras consideram que o horário do almoço servido na escola não condiz com os padrões da rotina alimentar vivenciada no ambiente doméstico, ocasionando recusa na oferta da refeição pelos alunos.

Cabe destacar que outros aspectos precisam ser atendidos dentro das atividades na escola e que devem ser considerados no planejamento da alimentação ofertada pela escola, tais como: horário do transporte escolar, quantitativo de mobiliários para comportar os alunos, tempo destinado para realizar a refeição, o número de alunos em cada turma no turno matutino, entre outros, que podem ser interferentes no horário da distribuição do almoço.

As professoras manifestaram insatisfação com a gestão da merenda escolar que é terceirizada e muito burocrática. Relatam que muito alunos gostam de comer frutas, mas não comem porque a fruta é permitida apenas aos alunos que almoçam na escola. Sendo assim, alguns deixam de comer a fruta por não desejarem almoçar, enquanto outros aceitam o prato de comida e descartam o conteúdo no lixo para poder consumir a fruta.

O interesse pelo consumo das frutas, relatado pelas professoras, não é incomum entre os alunos nesta faixa etária. Em estudo realizado por Silva et al (2013) através de questionário semiestruturado aplicado com alunos do ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos da rede estadual de ensino em Minas Gerais, verificou-se que nas sugestões para melhoria da alimentação escolar, os alunos referem significativamente a inclusão das frutas no cardápio. As frutas são identificadas pelos alunos como alimentos benéficos a saúde, fonte de vitaminas e energia para as brincadeiras, ressaltando que apreciam mais frutas se comparados a lanches, principalmente os que são comercializados na escola (PAIVA et al, 2016).

Ressalta-se que no Brasil, a população, em especial a faixa etária dos alunos da rede pública de ensino, possui um consumo de frutas inferior às recomendações do Ministério da Saúde (MS) de 400g, segundo os dados analisados na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008-2009 (MURUSSI, 2016; MARTINELLI et al, 2014).

Segundo a OMS- Organização Mundial da Saúde e a Organização Mundial das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação- FAO (2003), o baixo consumo de frutas aumenta o risco de ocorrência de doenças cardiovasculares, alguns tipos de câncer e obesidade (MURUSSI, 2016).

Sendo assim, Martinelli et al (2014) relatam ser importante que a escola possa ofertar, no mínimo, uma porção diária de frutas e vegetais. Ainda incentivar o consumo desses grupos alimentares que possuem a tendência de apresentar baixo consumo, explorando a variedade e modos de preparo dos mesmos. Em especial, as frutas podem estar presentes após o almoço, tal como ocorre na escola da presente pesquisa, ou no lanche em prol da adoção dos hábitos alimentares saudáveis.

O PNAE deve ofertar, obrigatoriamente, três porções de frutas e hortaliças por semana que equivale 200g/aluno/semana, segundo a orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pela coordenação do PNAE. Considerando que as diretrizes do PNAE estabelecem que deve ser atingido pelo menos 20% dos requerimentos nutricionais diários dos alunos matriculados na educação básica, e ainda que as diretrizes atuais diária apontam que deve ser consumido diariamente três porções de frutas e três porções de legumes e verduras, correspondendo a 400g por dia, o ideal seria que a escola ofertasse, via PNAE, três porções de frutas e três porções de hortaliças, correspondendo a 400g por semana (MARTINELLI et al, 2014).

Enquanto a oferta de refeições na escola é percebida pelas professoras como um ponto positivo, um ponto negativo refere-se à falta de regulamentação dos outros tipos de alimentos no ambiente escolar. As professoras demonstraram grande insatisfação com os lanches que os alunos levam para a escola e com a cantina. A cantina se refere a presença de um armário com doces e guloseimas que fica fechado no corredor de entrada da escola, mas é aberto diariamente no horário do recreio.

Os alunos têm liberdade para consumirem lanches trazidos de casa na escola e as professoras questionam fortemente a situação, pois não há apoio da direção no que tange a conscientizar os pais a respeito da importância da alimentação fornecida na escola, como apresentado na fala abaixo.

“... embora a gente promova, nós não temos o poder que as vezes atribuem a escola, aos educadores. Eu falo por mim... Eu me achava poderosa, achava que podia mudar muita coisa, ilusão.” (VIOLETA)

Cabe chamar atenção que esses alimentos, na maioria das vezes

ultraprocessados, acabam por competir com as refeições oferecidas na escola, influenciando na adesão dos escolares, sendo um entrave para a promoção da alimentação saudável na escola.

A presença de lanches trazidos de casa e consumidos no âmbito escolar, mencionado pelas professoras, apresenta resultados semelhantes com a análise no estudo de Ferreira et al (2014) com alunos do ensino fundamental matriculados em duas escolas municipais atendidos pelo PNAE no município de Lajeado – Rio Grande do Sul, no qual aponta que quando os mesmos não consomem a alimentação escolar, lancham o que levam de casa, geralmente bolachas, salgadinhos ou sanduíche, ou seja, alimentos de baixa qualidade nutricional.

Sobre a cantina da escola, as professoras informaram que a direção alega que é fonte de renda necessária para pequenos reparos para a escola, já que a prefeitura não cobre. E por mais que as professoras considerem a cantina um entrave para a promoção da alimentação saudável, concordam que é importante a arrecadação de dinheiro para a manutenção da escola.

Cabe destacar que a presença da cantina no interior da escola, expõe diariamente os escolares às guloseimas. Como as próprias professoras mencionaram na discussão da primeira questão norteadora, um contexto de alimentação saudável pode incluir alimentos “não saudáveis” desde que seja um consumo esporádico, o que não é o caso da cantina na escola.

Existem várias leis de âmbito nacional, estadual e municipal que regulamentam a presença de cantinas escolares. O Rio de Janeiro conta com a Lei Nº 4.508 de 2005 de abrangência estadual, assim como Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Amazonas, que proíbe a comercialização de alimentos que podem contribuir para o excesso de peso nas escolas como: salgadinhos, balas, chocolates, doces a base de goma, goma de mascar, pirulito, caramelo, refresco em pó industrializado, refrigerantes.

Mesmo com essas leis, ainda há escolas que não as atendem, como é o caso da escola da presente pesquisa. Situação relacionada também ao ciclo educacional, pois nas escolas de educação infantil é notável que há maior controle sobre a presença de cantinas em comparação as escolas de ensino fundamental.

Sobre o entorno da escola, as professoras o consideram saudável devido à presença de hortifrúti e da feira. Esta última se refere a uma feira agroecológica que

acontece ao lado da escola semanalmente.

“Agora tem a feira aqui do lado que é maravilhosa, pena que é só de manhã. Acho que tem mais acesso a alimento mais saudáveis, do que menos.” (TULIPA)

“A feirinha acho que foi um atrativo, devido a gente ter visitado a feirinha, os pais conheceram, souberam e vieram, teve pai que mandou até dinheiro pro filho comprar o café... por causa desse passeio, por causa desse impacto, que os pais nem sabiam. Apesar de ser só as quartas, a gente se programa.” (VIOLETA)

Embora a feira seja apontada pelas professoras como um aspecto positivo à promoção da alimentação saudável, faz-se necessária uma avaliação mais específica em relação as perspectivas do público atendido. Partindo do pressuposto que o fato da feira agroecológica comercializar, principalmente, alimentos *in natura* pode não gerar impacto no comportamento de compra e consumo dessa comunidade escolar.

As professoras consideram que o entorno da escola não influencia negativamente na promoção da alimentação saudável. Esta é uma percepção que diverge dos dados de ambiência levantados pelo projeto Como Crescemos, que identificou intenso comércio e propaganda de alimentos não saudáveis no entorno da escola.

5.3 Professoras na Educação Alimentar e Nutricional

A terceira e última categoria reúne a percepção das professoras sobre a sua atuação na promoção da alimentação saudável. As professoras se percebem como promotoras, desenvolvendo o tema da alimentação por meio de atividades curriculares, como apresentado na fala abaixo.

“A gente trabalha anualmente o projeto de alimentação saudável que dura mais até que um mês, as vezes o tema fica por um bimestre, trabalhando alimentação saudável, vem a equipe de

nutrição na escola, aí a escola trabalha com a cozinha, trabalha as frutas, os legumes, eu acho que é bem integrado, a gente tá sempre promovendo essa questão da alimentação saudável.”
(AZALEIA)

A abordagem de cada professora nessas atividades desenvolvidas em sala de aula é livre. Os depoimentos durante o GF demonstram que a valorização do tema da alimentação no cotidiano escolar difere entre as participantes. Uma das professoras se destacou por desenvolver muitas atividades sobre alimentação ao longo do ano, como leitura de rótulos, discussão sobre o uso de agrotóxicos na produção dos alimentos, discussão sobre a publicidade de alimentos, de forma lúdica e dinâmica para atrair a atenção dos alunos, como uso de vídeos, passeios na comunidade, lanche coletivo e outros. Nota-se que estas atividades transcendem a visão predominantemente biologicista dos alimentos tão expressivas no relato inicial das professoras, provavelmente, porque as mesmas não reconheçam essas dimensões da EAN em suas ações.

Em um momento de desabafo, a professora de destaque nas ações de promoção da alimentação saudável demonstrou desânimo com a continuidade de tais atividades, por acreditar que é um trabalho sem apoio da escola e não reconhecido pelos pais/responsáveis. Todas as outras participantes tiveram fala de apoio e elogio ao trabalho tão bem feito por ela. Essa inspiração que a professora causou nas demais é uma das consequências da técnica do GF, que por vezes, pode gerar situações como essa.

Outro relato exposto no GF, apontou que dependendo do turno de aula, a atividade educativa sobre alimentação pode ser ou não adequada.

“Na parte da manhã, confesso que eu faço diferente, porque o almoço deles aqui é 10h da manhã, não tem como pedir um bolo e um salgado de manhã, porque nem eu gosto de comer isso de manhã. Então o que eu fiz, não pedi para os pais, eu fiz uma mesa comprida, e a festa foi de frutas, falei com eles “Nós vamos comer frutas”...Já na parte da tarde, já que eles almoçam [...] também coloquei frutas, mas também teve opção de bolo,

brigadeiro, porque também a questão do brigadeiro, comer muito não faz bem, mas comer um brigadeirinho cada um, dividir, acho que não é ruim.” (TULIPA)

Durante a técnica do GF, as professoras comentaram que a escola pode e deve promover um ambiente que disponha de informativos e ilustrações para incentivar o consumo de alimentos saudáveis. Segundo as professoras, o refeitório da escola não contém nenhum atrativo, e foi citado pelas participantes como um espaço que deveria trabalhar o tema, pois é o local em que os alunos estarão reunidos para realizar as refeições.

Esse compartilhamento de ideias é uma das vantagens de se fazer entrevistas em grupo. O GF, além de buscar conhecer as percepções do tema em questão, proporcionou também uma ação educativa com as professoras, no qual o compartilhamento de conhecimentos possibilitou a reflexão coletiva, oportunizando elaborar estratégias em torno do tema da alimentação saudável.

A ideia de melhorar o ambiente do refeitório veio no momento de discussão sobre a intensa publicidade de ultraprocessados, voltados especialmente para crianças e adolescentes. Na visão das professoras, a mídia social voltada ao público infantil é intensa e dotada de propagandas atrativas, opções saborosas e brindes que estimulam o desejo das crianças em adquirir tais alimentos. Ademais os pais também estão expostos as influências que a mídia pode exercer nas escolhas alimentares.

A mídia veicula uma ideia que o processamento dos alimentos na indústria consta do mesmo modo de preparo caseiro e com isso facilitaria no cumprimento, principalmente da mulher, das tarefas domésticas ao ganhar tempo. Na verdade, ocasiona perda cultural e social investido no ato de cozinhar uma vez que transforma, gradativamente, um imaginário de que as preparações com alimentos *in natura* ou minimamente processados são “sem graça” (BRASIL, 2014).

Há situações que desmotivam a atuação das professoras na promoção da alimentação saudável. Foi unânime entre as participantes, o descontentamento com a proibição das professoras em consumirem as refeições oferecidas na escola pelo PNAE, como apresentado na fala abaixo.

“...tem a alimentação dos funcionários que não acontece mais aqui. Eu trabalho com especial, eu não tenho hora do recreio

com esse aluno. Ele tem auxiliar e não pode comer junto, ele fala “Não eca”, fala mesmo e você não tem nem como construir um caminho. Se a auxiliar pudesse comer junto, “Olha que delícia”, poderíamos ensinar, mas assim é difícil. Então assim, esse exemplo faz falta.” (ÍRIS)

As professoras sentem muito com a recente mudança, pois era permitido consumirem as refeições ofertadas na escola. Após comunicado de âmbito federal que regula o consumo dos professores sobre os alimentos ofertados na escola, não foi mais permitido. Cabe mencionar ainda, que o PNAE é voltado exclusivamente aos alunos.

Art. 4º Serão atendidos pelo PNAE os alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal, em conformidade com o Censo Escolar do exercício anterior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação – INEP/MEC (BRASIL, 2013).

Entrevistas realizadas no estudo de Mancuso et al (2013) com diretores e coordenadores pedagógicos de escolas públicas municipais na cidade de Guarulhos-São Paulo, apresentaram que a oportunidade do professor realizar a refeição na escola incentiva a aceitação da alimentação pelos alunos. O professor que está na companhia do aluno no momento da refeição pode estimular a experimentar novos alimentos, apontar casos de desperdícios de alimentos e contextualizar os temas abordados em sala de aula em conjunto com as experiências dos alunos na escola, conforme é previsto nos currículos da alimentação e nutrição.

É válido destacar que nem sempre o professor realizar a refeição com o aluno será um aspecto positivo, a depender da postura perante aos alunos, como recusar o consumo de determinado alimento presente no cardápio. Logo, o professor deve estar capacitado e sensibilizado a respeito da sua influência nos hábitos alimentares.

Outro aspecto desmotivador para a atuação das professoras na promoção da alimentação saudável é a baixa participação da família no cuidado com a alimentação. Segundo as professoras, a família caminha na direção contrária às ações desenvolvidas por elas na escola. Mesmo havendo uma proposta pedagógica é difícil transpor a teoria para a prática com os alunos porque não há participação efetiva dos

pais/responsáveis.

Para as participantes, os alunos permanecem grande parte do dia no ambiente familiar e são influentes em relação às práticas alimentares, e muitas vezes, os pais/responsáveis atendem aos desejos dos filhos, adotando uma conduta de compensar um possível distanciamento com as crianças, devido ao cansaço das atividades de trabalho, falta de lazer em família e outros, como apresentado na fala abaixo.

“...Hummm, quero batom, compra batom? Compra batom? Eu quero...”, aí o pai vai e compra, o pai ele tá ali pra servir a vontade do filho, sem saber que tá fazendo mal, aí pega a criança por uma questão de ter assim “Ah, não fico com ele o dia inteiro né, aí vou compensar né.” (VIOLETA)

Este contexto desenhado pelas professoras pode indicar as dificuldades na relação com os pais/responsáveis dos alunos em diversas áreas de atuação na escola, não se restringindo apenas ao apoio nas atividades relacionadas à alimentação. A participação dos pais e responsáveis nas atividades educativas desenvolvidas na escola é essencial para o desempenho dos alunos. O ambiente familiar é considerado o mais representativo na formação de hábitos saudáveis, incluindo a alimentação, que quando incentivados na infância podem se manter mais facilmente na vida adulta (MANCUSO et al, 2013).

As professoras consideram fundamental o desenvolvimento de ações educativas com os pais. Estudo realizado por Silva et al (2014) avaliou a relação entre o uso de atividades lúdicas e o conhecimento sobre alimentos e alimentação saudável com alunos do ensino fundamental I de escolas municipais de Duque de Caxias-Rio de Janeiro. Nas atividades, houve participação dos pais, pois os autores consideraram que o envolvimento com os responsáveis poderia manifestar mudanças nos hábitos alimentares no ambiente familiar.

Portanto não se pode negar a essencialidade do trabalho com toda a comunidade escolar, tal como sugere os referenciais teóricos da alimentação e nutrição, desenvolvendo ações de conscientização sobre alimentação saudável com a família.

Contudo, designar os pontos negativos na abordagem sobre a alimentação, exclusivamente, aos pais/responsáveis sugere uma redução da importância da atuação das professoras na educação em saúde, ou seja, do papel que possuem enquanto promotoras da alimentação saudável.

Outro entrave apontado pelas professoras para a promoção da alimentação saudável refere-se à percepção que as mesmas têm sobre alimentos saudáveis serem caros, como já discutido acima. Essa crença faz com que as professoras desacreditem nas suas ações educativas, por acreditarem que a família dos seus alunos não terá condições de comprar os alimentos que serão mencionados como saudáveis. Esse foi um ponto que gerou polêmica e divergência de opiniões.

Percebe-se que as professoras acreditam que a família, na maioria das vezes, não assume esse papel promotor da alimentação saudável, e esse comportamento as desmotiva, há também a falta de apoio da própria direção escolar que não regula os lanches trazidos de casa e, ainda comercializa guloseimas no interior da escola.

Mesmo sendo tantos os aspectos desmotivadores, as participantes concordam que vale a pena o engajamento com as ações de EAN no âmbito escolar.

6 CONCLUSÃO

A técnica do Grupo Focal (GF) mostrou-se ser eficaz, permitindo o compartilhamento das percepções das participantes, e ainda possibilitou a reflexão sobre o que pode ser feito pelas professoras para a efetivação da promoção da alimentação saudável na escola.

As professoras têm uma visão da alimentação saudável ainda muito restrita à dimensão biológica. Além disso, consideram que a alimentação saudável é cara e trabalhosa e difícil de ser alcançada por populações de muito baixa renda, como é o caso de seus alunos. Essa percepção não condiz com as orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB).

Foram identificados alguns entraves para a promoção da alimentação saudável na escola, tais como a falta de engajamento da família e a falta de regulação dos alimentos permitidos no interior da escola. Tais entraves também se configuram como aspectos desmotivadores para a atuação das professoras na Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Os resultados da presente pesquisa reforçam a necessidade de ações de formação com as professoras para atuarem na EAN, aproximando-as dos principais referenciais teóricos sobre alimentação e nutrição como o GAPB e o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MREAN).

Com os dados levantados pela pesquisa, contribuições são esboçadas ao projeto Como crescemos, a qual está vinculado. Dentre os desdobramentos práticos para atuação nessa escola é possível destacar a necessidade de valorização das ações em EAN que já são desenvolvidas pelas professoras, a importância que as professoras possuem enquanto espelhos na formação de hábitos, planejamento de outras opções alimentares na arrecadação financeira com a cantina.

Ainda há a possibilidade de direcionar ações de formação em EAN em outras escolas do município. Dessa forma, proporcionar aos professores mais segurança, autonomia e protagonismo para discutir escolhas alimentares com seus alunos, pais/responsáveis e gestão escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAYA, J. F. B.; FONSECA, A. B. **Percepção de professores sobre ensino de temas de alimentação e nutrição: Análise comparada Chile-Brasil**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, julho de 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BENTO, I. C.; ESTEVES, J. M. de M; FRANÇA, T. E. **Alimentação saudável e dificuldades para torná-la uma realidade: percepções de pais/responsáveis por pré-escolares de uma creche em Belo Horizonte/MG, Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v.20, n.8, p.2389-2400, 2015.

BERNARDES, A. F. M. et al. **Alimentação saudável, cuidado e gênero: percepções de homens e mulheres da Zona Noroeste de Santos-SP**. Demetra, v.11, n.3, p.559-573, 2016.

BEZERRA, K. F.; CAPUCHINHO, L. C. F. M.; PINHO, L. de. **Conhecimento e abordagem sobre alimentação saudável por professores do ensino fundamental**. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, v.10, n.1, 24 jan. 2015.

BORGES, C. A. et al. **Quanto custa para as famílias de baixa renda obterem uma dieta saudável no Brasil?**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.31, n.1, p.137-148, jan, 2015.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto Nº 6.286 de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Brasil, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-22010/2007/Decreto/D6286.htm. Acessado em 20 de junho de 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Nº 9.394/1996)**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 01 de novembro de 2018.

_____. **Lei Nº 4.508 de 2005**. Proíbe a comercialização, aquisição, confecção e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em bares, cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona. Disponível: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/88467/lei-4508-05>. Acessado em 10 de novembro de 2018.

_____. **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Lex: Diário Oficial da União, nº 113, 17 de junho de 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acessado em 20 de junho de 2018.

_____. **Lei Nº 13.666, de 16 de maio de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13666-16-maio-2018-786690-publicacaooriginal-155573-pl.html>. Acessado em 01 de novembro de 2018.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Resolução Nº 26 de 17 de Junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acessado em 01 de novembro de 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Ensino Fundamental I**. [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. 128 p. : il. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/caderno_atividades_ensino_fundamental_I. Acessado em 29 de outubro de 2018.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Interministerial Nº 1.010, de 08 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html.

Acessado em 20 de junho de 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 84 p. : il.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p. : il.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006** / Ministério da Saúde.

_____. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Brasília: MS, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS, 2012. Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 36 p. : il.

BUCHARLES, D. G.; ALVERNE, M.; CATRIB, A. M. F. **Promoção da saúde e as escolas: como avançar**. Rev Bras Promoc Saude, Fortaleza, v.26, n.3, p.307-308, jul./set., 2013.

BUSANELLO, J. et al. **Grupo focal como técnica de coleta de dados**. Cogitare Enfermagem, v.18, n.2, p.358-64, abr/jun, 2013.

CAMOZZI, A. B. Q. et al. **Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia?**. Cadernos Saúde Coletiva, v.23, n.1, p.32–37, mar. 2015.

CORDEIRO, A. de A.; LOURENÇO, A. E. P.; PONTES, P. V. **Brincar, Comer e Nutrir: atividades lúdicas para a educação infantil**. Curitiba: CRV, 2017. 74p.

DEFANTE, L. R.; NASCIMENTO, L. D. O.; FILHO, D. de O. L. **Comportamento de consumo de alimentos de famílias de baixa renda de pequenas cidades brasileiras: o caso de Mato Grosso do Sul**. Interações, Campo Grande, v.16, n.2, p.265-276, jul./dez. 2015.

FALKENBACH, Danielle. **Conhecimentos, atitudes e práticas de professores dos anos iniciais do ensino fundamental sobre nutrição e alimentação na rede municipal de ensino de Sapucaia do Sul/RS.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2014.

FECHINE, Á. D. L. et al. **Percepção de pais e professores sobre a influência dos alimentos industrializados na saúde infantil.** Rev Bras Promoç Saúde. Fortaleza, v.28, n.1, p.16-22, jan./mar., 2015.

FERREIRA, J. T. et al. **Alimentação na escola e estado nutricional de estudantes do ensino fundamental.** Rev Bras Promoç Saúde, Fortaleza, v.27, n.3, p.349-356, jul./set., 2014.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos.** Paidéia, v.12, n.24, p.149-161, 2003.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009. **Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JUZWIAK, C. R.; CASTRO, P. M. de; BATISTA, S. H. S. da S. **A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas.** Ciência & saúde coletiva, v.18, n.4, p.1009–1018, 2013.

KINALSKI, D. D. F. et al. **Grupo focal na pesquisa qualitativa: relato de experiência.** Revista Brasileira de Enfermagem, v.70, n.2, p.424–429, abr. 2017.

LELIS, C. T. TEIXEIRA, K. M. D.; SILVA, N. M. da. **O trabalho feminino e o preparo da alimentação: o caso das mulheres trabalhadoras da Universidade Federal de Viçosa.** Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v.24, n.1, p.099-125, 2013.

MACHADO, V. de M.; CARVALHO, D. S. de. **Elaboração de uma sequência didática sobre hábitos alimentares e nutricionais saudáveis como contribuição para as aulas de ciências no ensino fundamental.** Interfaces da Educação, v.6, n.17, p.188–205, 2015.

MANCUSO, A. M. C. et al. **O papel da alimentação escolar na formação dos hábitos alimentares.** Rev Paul Pediatr, v.31, n.3, p.324-30, 2013.

MARTINELLI, S. S. et al. **Composição dos cardápios escolares da rede pública de ensino de três municípios da região sul do Brasil: uma discussão perante a legislação.** Demetra, v.9, n.2, p.515-532, 2014.

MASSYLIOUK, M. F. da F.; CAMPOS, R. D. **Faça o que eu digo, não faça o que eu faço: a relação entre adultos na socialização infantil no consumo alimentar.** Revista Brasileira de Marketing – ReMark. Edição Especial. v.15, n.4, novembro, 2016.

MELO, M. M. et al. **Pensadores da alimentação: trabalhadores debatem suas dificuldades para incorporar práticas alimentares saudáveis.** Demetra, v.11, n.1, p.135-158, 2016.

MONTEIRO, C. A. et al. **Increasing consumption of ultra-processed foods and likely impact on human health: evidence from Brazil.** Public Health Nutrition, v.14, n.1, p.5-13, 2015.

MURUSSI, Beatriz Guimarães. **Avaliação do conhecimento de professores e monitores sobre o Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) e avaliação da qualidade do cardápio oferecido em uma escola pública do Goiás.** Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2016.

MUSSIO, B. R. et al. **O comer e a comida: percepções de professores sobre a alimentação escolar.** Colóquio Internacional de Educação e Seminário de Estratégias e Ações Multidisciplinares, v.2, n.1, p.937–948, 2014.

OLIVEIRA, M. C. de et al. **Ambientes alimentares universitários: percepções de estudantes de Nutrição de uma instituição de ensino superior.** Demetra, v.12, n.2, p.431-445, 2017.

PAIVA, J. B. de; FREITAS, M. do C. S. de; SANTOS, L. A. da S. **Significados da alimentação escolar segundo alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Ciência & Saúde Coletiva, v.21, n.8, p.2507–2516, ago. 2016.

PEDRAZA, D. F. et al. **O programa nacional de alimentação escolar em escolas públicas municipais.** Revista Brasileira em Promoção da Saúde. v.30, n.2, p.161–169, 6 jun. 2017.

PINTO, V. L. X. et al. **Educação permanente de professores: a reflexão-ação na promoção da alimentação saudável nas escolas.** Extensão em foco, Curitiba, Editora da UFPR, n.10, p.37-58, jul/dez 2014.

RICARDO, A. J.; PEREIRA, R. de C. G. **Transição nutricional: uma revisão sobre hábitos alimentares de escolares.** Revista Uniara, v.15, n.2, dezembro 2012.
ROCHA, A. dos S.; FACINA, V. B. **Professores da rede municipal de ensino e o conhecimento sobre o papel da escola na formação dos hábitos alimentares dos escolares.** Ciência & Educação (Bauru), v.23, n.3, p.691–706, jul. 2017.

SEHNEM, G. D. et al. **Utilização do grupo focal como técnica de coleta de dados em pesquisas: relato de experiência.** *Ciência, Cuidado e Saúde*, v.14, n.2, p.1194, 11 jun. 2015.

SILVA, C. A. M. da et al. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica dos alunos da rede estadual de ensino de Minas Gerais, Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v.18, n.4, p.963-969, 2013.

SILVA, J. K.; PRADO, S. D.; SEIXAS, C. M. **Comportamento alimentar no campo da Alimentação e Nutrição: do que estamos falando?.** *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.26, n.4, p.1103-1123, 2016.

SILVA, M. X. da et al. **Abordagem lúdico-didática melhora os parâmetros de educação nutricional em alunos do ensino fundamental.** *Ciências & Cognição*, v.18, n.2, p.136, 2013.

SILVA, M. X. da et al. **Nutrição escolar consciente: estudo de caso sobre o uso de oficinas de culinária no ensino fundamental.** *Ciências & Cognição*, v.19, n.2, p.267-277, 2014.

SILVEIRA, Claudia Lilian Witt da. **Alimentação saudável na infância: as representações sociais de pais e/ou responsáveis e de escolares do primeiro ano do ensino fundamental.** Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2013.

SOUZA, T. S. N. de; FONSECA, A. B. C. da. **Análise crítica de saberes e práticas sobre alimentação de profissionais de saúde e de educação.** *Trabalho, Educação e Saúde*, v.13, n.3, p.739–756, dez. 2015.

VASTI, K. de O., SOUZA, E. B. de. **Avaliação das Principais Modificações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** *Cadernos UniFOA*, Edição Especial do Curso de Nutrição, maio/2013.

VIEIRA, C. M. et al. **Aplicação da técnica de grupo focal em pesquisa da Rede-SANS sobre as ações de alimentação e nutrição na atenção básica em saúde.** *Cadernos Saúde Coletiva*, v.21, n.4, p.407-13, Rio de Janeiro, 2013.

VIERO, M. G.; BLÜMKE, A. C. **A sociabilidade exercida em torno do comer: um estudo entre universitários.** *Demetra*, v.11, n.4, p.865-878, 2016.

ANEXOS

ANEXO A – Comprovante de aprovação do projeto Como Crescemos pelo Comitê de Ética em Pesquisa

09/04/2018

Plataforma Brasil

Saúde



Plataforma Visão Pesquisador - Pesquisador | V8.2

Cadastros Sua sessão expira em: 30min 32

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Projeto Como Crescemos: avaliação nutricional e atividades educativas para a promoção da saúde na escola
Pesquisador Responsável: Ana Eliza Port Lourenço
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 49258313.1.0000.5257
Submetido em: 21/10/2015
Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio de Janeiro Campus Macaé
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_241627

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- [-] Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 2
 - [-] Pendência de Parecer (PO) - Versão 2
 - [+] Notificação (N4) - UFRJ - Hospital Universit
 - [+] Notificação (N3) - UFRJ - Hospital Universit
 - [+] Notificação (N2) - UFRJ - Hospital Universit
 - [+] Notificação (N1) - UFRJ - Hospital Universit
 - [+] Currículo dos Assistentes
 - [+] Documentos do Projeto
 - [+] Comprovante de Recepção - Submissã
 - [+] Declaração de Instituição e Infraestrutu
 - [+] Folha de Rosto - Submissão 3
 - [+] Informações Básicas do Projeto - Subm
 - [+] Outros - Submissão 3
 - [+] Projeto Detalhado / Brochura Investiga
 - [+] TCLE / Termos de Assentimento / Justif
 - [+] Apreciação 3 - UFRJ - Hospital Universit
 - [+] Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações

LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação *	Pesquisador Responsável *	Versão *	Submissão *	Modificação *	Situação *	Exclusiva do Centro Coord. *	Ações
N3	Ana Eliza Port Lourenço	2	17/08/2017	01/09/2017	Aprovado	Sim	
N4	Ana Eliza Port Lourenço	2	17/08/2017	01/09/2017	Aprovado	Sim	
N2	Ana Eliza Port Lourenço	2	17/08/2017	01/09/2017	Aprovado	Sim	
N1	Ana Eliza Port Lourenço	2	15/08/2017	15/08/2017	Notificação Recusada	Sim	
PO	Ana Eliza Port Lourenço	2	21/10/2015	17/11/2015	Aprovado	Não	

HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
N4	01/09/2017 14:47:07	Parecer liberado	2	Coordenador	UFRJ - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro / HUCFF- UFRJ	PESQUISADOR	
N3	01/09/2017 14:46:47	Parecer liberado	2	Coordenador	UFRJ - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro / HUCFF- UFRJ	PESQUISADOR	
N2	01/09/2017 14:46:25	Parecer liberado	2	Coordenador	UFRJ - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro / HUCFF- UFRJ	PESQUISADOR	
N4	30/08/2017 18:58:42	Parecer do colegiado emitido	2	Coordenador	UFRJ - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro / HUCFF- UFRJ	UFRJ - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro / HUCFF- UFRJ	

Ocorrência 1 a 10 de 45 registro(s)

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS UFRJ-MACAÉ
Professor Aloísio Teixeira



1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Projeto Como Crescemos: Avaliação nutricional e atividades educativas para a
promoção da saúde na escola
Versão 21/10/2015**

Você está sendo convidado a participar do **Projeto Como Crescemos**, uma parceria do Campus UFRJ-Macaé com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED). O objetivo do Projeto é avaliar condições de saúde e nutrição dos alunos das escolas, e desenvolver atividades educativas com os alunos, seus pais, professores e funcionários da escola.

Este Termo está sendo entregue para você para explicar as atividades do Projeto e permitir sua participação.

Sua participação no Projeto será da seguinte forma: você será convidado por uma equipe da UFRJ/SEMED para participar de atividades educativas (brincadeiras, oficinas e rodas de conversa) sobre saúde e nutrição. As atividades acontecerão na própria escola. Para nos ajudar a planejar e avaliar as atividades, você poderá ser convidado a responder perguntas sobre nutrição, alimentação e saúde. Caso você permita, seus depoimentos serão gravados.

Pela natureza deste estudo, a pesquisadora avalia que os riscos a que você estará sujeito como participante são improváveis ou mínimos à sua integridade física, moral ou psicológica.

Os benefícios deste Projeto são: ajuda a identificar problemas de saúde na escola, promove saúde na escola, estimula aprendizado dos alunos e seus familiares, e auxilia o serviço de saúde e de educação do município. As informações obtidas serão úteis cientificamente e poderão ajudar outras pessoas e a própria escola.

Em qualquer momento você poderá conversar com a professora responsável pelo Projeto, **Dr^a. Ana Eliza Port Lourenço**, que poderá ser encontrada pelo telefone (22) 981039662. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética do Projeto, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/HUCFF/UFRJ - R. Prof. Rodolpho Paulo Rocco, n.º 255 - Cidade Universitária/Ilha do Fundão - Sala 01D-46/1º andar - pelo telefone (21) 3938-2480 ou Fax 3938-2481, de segunda a sexta-feira, das 8 às 16 horas, ou através do e-mail: cep@hucff.ufrj.br.

A participação no Projeto é gratuita e voluntária. Despesas extras que você tenha para participar das atividades do Projeto (por exemplo com transporte e alimentação) serão ressarcidas. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Isso não trará nenhum problema para sua relação com a escola ou com a UFRJ e a SEMED.

As informações obtidas pelo Projeto serão confidenciais. Os resultados poderão ser apresentados em congressos e publicados em revistas científicas sem a identificação do seu nome. Você poderá se atualizar sobre os resultados do Projeto sempre que desejar.

CONSENTIMENTO

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações sobre o Projeto acima citado que li ou que foram lidas para mim. Ficou claro para mim quais são os propósitos do Projeto, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste Projeto e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízos. Eu receberei uma via desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com a pesquisadora responsável por esse Projeto. Além disso, estou ciente de que eu e o pesquisador responsável deveremos assinar esse TCLE.

Nome do Participante da Pesquisa

Data: ____ / ____ / ____.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Data: ____ / ____ / ____.

Prof^a. Dr^a. Ana Eliza Port Lourenço - Responsável pelo Projeto - CPF 294414788/90